

**POBREZA, ECONOMIA “INFORMAL”,
INFORMALIDADES E DESENVOLVIMENTO**

João Mosca

Conference Paper N°34

II Conferência IESE

**“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica
em Moçambique”**

Instituto de Estudos Sociais e Económicos

II CONFERÊNCIA

*DINÂMICAS DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO ECONÓMICA EM
MOÇAMBIQUE*

22 e 23 de Abril de 2009

**POBREZA, ECONOMIA “INFORMAL”, INFORMALIDADES E
DESENVOLVIMENTO**

João Mosca

Resumo:

Palavras-chave: pobreza, informalidades, cultura, desenvolvimento, Moçambique

A comunicação pretende abordar a pobreza em sentido amplo, relacionando as abordagens económicas com as de outras áreas de conhecimento no quadro de um enfoque teórico institucionalista.

A pobreza é abordada na comunicação como um fenómeno global, tendo como origem e efeitos factores económicos a diversos níveis (macro e micro, das famílias, etc.), políticos e sociológicos, que geram processos de rendimentos crescentes negativos que obstaculizam/dificultam o desenvolvimento da sociedade ou, desenvolvem num sentido eventualmente não desejável. Na ausência de políticas ajustadas e com impactos relevantes na transformação da sociedade, geram-se comportamentos económicos e sociais que reproduzem a pobreza a longo prazo.

A pobreza e as diversas informalidades, incluindo a da cidadania, criam mecanismos de sobrevivência do indivíduo enquanto Homem com elementos de resistência e integração marginal, estabelecendo-se relações de diversos tipos com a sociedade e a economia “formal” em que simultaneamente se reforçam e se atrofiam.

Em Moçambique assiste-se à ampliação das economias informais e da pobreza, com efeitos sobre as instituições (organização social, funcionamento dos mercados e das burocracias, informalidade económica, relações humanas desrespeitosas, etc.). A persistência temporal destas informalidades vai formando “cultura”, contribuindo para a configuração de sociedades que dificultam a sua própria modernização, competitividade, bem-estar, referências positivas e de progresso.

João Mosca é economista, doutorado em Economia Agrária e Sociologia Rural e Professor Catedrático. É docente na Universidade Politécnica de Moçambique.

POBREZA, ECONOMIA “INFORMAL”, INFORMALIDADES E DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO

Uma das formas de analisar as dinâmicas da pobreza é no contexto dos padrões de acumulação, isto é, como (em que sectores e espaços) se gera a riqueza, quais as lógicas de reprodução dos sistemas produtivos e de distribuição e como se reparte a riqueza criada. Riqueza e pobreza são faces da mesma moeda. Inversamente, o mesmo raciocínio para a pobreza, isto é, como se produz, reproduz e distribui. De que forma, o desenvolvimento de uma das faces implica o aumento ou redução da outra parte. Este método pode-nos conduzir à defesa da tese em como em vez de políticas de combate à pobreza, devêssemos falar em políticas de desenvolvimento, de produção e de distribuição da riqueza.

Este texto analisa como a economia “informal” e as informalidades da economia e da sociedade são um factor de reprodução da riqueza e da pobreza. Entende-se neste texto por informalidades, todas as relações de natureza económica, jurídica, sociais ou burocráticas que não estando reguladas parcial ou totalmente, existem e fazem parte das regras de funcionamento da sociedade e contribuem para que os padrões de reprodução da sociedade e economia persistam. Define-se neste trabalho por padrão de acumulação ao modo que se realiza e é apropriada a riqueza, como se distribui, os mecanismos de transferência intersectorial de valor, como é utilizada (principalmente em investimentos e no consumo), que relações sociais sustentam e reproduzem e como o poder participa, integra-se, facilita ou dificulta a acumulação.

Neste texto deve-se considerar existirem vários padrões de acumulação que simultaneamente se relacionam, reforçam e competem entre si. Pode haver mais que um padrão principal (dominante).

Apresentam-se algumas destas informalidades, que sendo ou não omissões de regulamentação ou de normas escritas, são mantidas conscientemente como suporte do funcionamento da economia e de padrões de acumulação, com benefício principal para o(s) dominante(s).

Nesta perspectiva, é possível questionar vários aspectos presentes na nossa realidade e nas práticas económicas, de relacionamento social e de funcionamento do Estado. Por exemplo:

- O comércio “informal” beneficia o desenvolvimento a longo prazo? Ou é um factor de alívio da pobreza a curto prazo que a governação sustenta e por vezes cria, em benefício da concentração da riqueza, da manutenção de um crise de intensidade suportável e que terminam por comprometer o crescimento estável a longo prazo?

- A ausência de leis de incompatibilidade entre a política e o privado é ou não uma lacuna jurídica que favorece as elites que reforçam poder e negócios?
- Porque razões existem recursos para, na hora, um cidadão obter o cartão de recenseamento e não existem os mesmos meios para a obtenção do bilhete de identidade, mantendo a grande maioria da população numa condição “informal” quanto à nacionalidade?
- O que significa a informalidade e a baixa capacidade de actuação para com os créditos mal parados ou mesmo as decisões de perdões de dívidas?

Estas e muitas outras informalidades beneficiam ou não a concentração da riqueza, a manutenção da pobreza e dificultam o desenvolvimento?

Nesta perspectiva analisam-se alguns dos sectores “informais” da economia e as informalidades nas burocracias e na economia “formal”, para finalmente concluir sobre as hipóteses apresentadas. Procura-se apresentar uma abordagem interdisciplinar e holística com a inclusão de elementos culturais e comportamentais.

Como exemplo concretos, são referidos o comércio “informal” nas cidades e no meio rural, os transportes públicos urbanos, a agricultura de pequena escala¹ (camponesa, “tradicional, etc.) e as informalidades nas relações económicas tomando como exemplo o crédito e as relações de interesse entre a política e os negócios. Estes são alguns dos sectores informais importantes da economia moçambicana. Referem-se ainda alguns exemplos de informalidades de natureza comportamental e como estas influenciam o funcionamento económico. Ficam omissas muitas actividades/sectores “informais”, como por exemplo, na pequena indústria e no artesanato, a medicina tradicional (permitam-me a utilização deste complexa e controversa expressão/realidade), nas importações e exportações, as diversas formas de crédito, na protecção social², etc.

Os termos “formal” e “informal” aparecem sempre entre aspas pelas dúvidas conceptuais que o autor possui e pelos limites difusos entre ambos. O texto procura fazer uma abordagem que ultrapassa as análises segmentadas da sociedade e da economia, neste caso a dicotomia “formal” versus “informal”.

2. ECONOMIA “INFORMAL” E DESENVOLVIMENTO

a) O comércio “informal”

A economia “informal”, tal como o comércio, surge como estratégia de sobrevivência dos pobres por incapacidade do que se chama por economia “formal” em absorver o factor trabalho e de gerar rendimentos. É ainda uma consequência de desequilíbrios, distorções ou rupturas de mercado e de políticas desajustadas. O comércio “informal” termina por se sustentar da economia e do comércio “formal”, estabelecendo relações de reforço mútuo, em ocasiões fora da lei (saúde pública, fiscalidade, etc.) e

¹ Regra geral, a produção agrícola de pequena escala não é apresentada como integrante da economia informal. Podem existir várias razões que em situações diversas justificam o “esquecimento”, como por exemplo:

- A importância da produção agrária e o peso que daria à economia informal do país.
- Desconhecimento (em muitos casos ignorância) dos mecanismos de produção e reprodução destas economias e sociedades.

² Veja António Francisco e Margarida Paulo.

transaccionando muitas vezes bens e serviços ilícitos. Os poderes públicos permitem o comércio “informal”, porque este termina por reduzir a pobreza, gerar auto-emprego e criar rendimentos que camuflam os sintomas mais chocantes da pobreza e, em muitas situações, beneficiam as sub-elites e as burocracias intermédias. E acalmam eventuais manifestações e revoltas.

O comércio “informal” representa alterações significativas no papel do género na sociedade e economia, Piepoli (2006). De uma posição subalterna, dependente e sujeita às funções e ritos tradicionais, as mulheres, também através da economia “informal” (sobretudo no comércio), começaram a assumir um papel activo e directo na integração do mercado das famílias e de afirmação pessoal, com obtenção de rendimentos e geração de riqueza. Este processo foi e é de ruptura, e portanto, cria conflitos com reestruturações na divisão social do trabalho no seio das famílias e das comunidades e configura novas relações de poder entre o homem e a mulher.

A sobrevivência destas economias assenta, em alguns casos, em relações familiares ou de proximidade e em laços de solidariedade e de cooperação e, em outras situações, em circuitos nem sempre transparentes. A geração de riqueza é limitada pela escala e tipo de actividades e, conseqüentemente, a poupança e o investimento são insuficientes para a reprodução ampliada do capital e o desenvolvimento. As relações sociais estabelecidas baseiam-se na confiança, são pouco ou nada profissionalizadas e as regras não são normalizadas.

Por outro lado, o comércio “informal” possui estratégias mais flexíveis e adaptadas aos consumidores de rendimentos baixos (venda de cigarros e não de maços, de montinhos de bens alimentares e não ao peso, etc.), o que implica a segmentação do mercado do lado da procura e da oferta: são os pobres aqueles que se cruzam na relação de compra e venda nestes mercados. Estas actividades estão mais próximas das pessoas e estruturam redes sociais de interesses que ultrapassam os tradicionais elementos de afinidade entre os cidadãos, como sejam as identidades étnicas, linguísticas ou outras. Inversamente, também se assiste a um reforço de negócios, de interesses e de *lobbies* com base em elementos de identidade regional ou mesmo racial, com especializações produtivas e de alguma divisão social do trabalho.

No meio rural, o comércio “informal” teve como principal origem a ruptura da rede comercial e o colapso do abastecimento. Os donativos, a ajuda humanitária e os tecidos usados³, começaram a ser comercializados informalmente. Apenas recentemente existiram decisões para, de forma orientada e regulada, se incentivar a reestruturação do comércio rural com base nas lojas (“cantinas”) do período colonial. A questão é saber, que vantagens os futuros agentes económicos que se pretendem virem a ser “formais”, terão vantagens comparativamente com a teia social de muitos pequenos comerciantes que têm os seus canais abastecedores, incluindo de outros países, possuem formas expeditas de aquisição de bens, vendem os produtos em qualquer local junto das comunidades, não possuem um conjunto de custos inerentes à formalização e à manutenção de infra-estruturas relacionadas com a actividade. O mercado “informal” possui mecanismos de funcionamento e de reequilíbrios (por exemplo a evolução dos preços) muito flexíveis e de difícil prática pelo comércio “formal”, o que agrava a sua capacidade competitiva.

³ Foram principalmente os donativos e o negócio de roupa usada um dos factores para o encerramento de toda a indústria têxtil de Moçambique.

Perante estas ausências de competitividade do “formal” mesclado em mercado predominantemente “informais”, esta medida terá sentido se o conceito de comerciante no meio rural ultrapassar a função de compra e venda e se reiniciar o processo de reconfiguração do tecido económico no campo. O “cantineiro” teve funções de aquisição de excedentes produtivos nas lojas ou em mercados rurais especificamente organizados para o efeito, de escoamento entre as zonas excedentárias e deficitárias, de armazenagem e conservação dos produtos, de venda de insumos (sementes, fertilizantes e mesmo bens de consumo), muitas vezes a serem pagos em espécie após as colheitas. Os “cantineiros” faziam agro-processamento de cereais e de outros produtos. Alguns eram comerciantes grossistas que abasteciam a rede comercial nas localidades e aldeias que não possuíam meios de transporte ou capacidades para se deslocar à capital de província para aquisição de bens. Muitos eram ainda agricultores, possuíam hotelaria e criação de gado, exploração madeireira e obtinham rendimentos da caça. Os comerciantes rurais geravam emprego, vendiam factores de produção para incrementos da produção, incentivavam outras actividades praticadas por mais agentes económicos, investiam as poupanças, estabeleciam relações económicas com o meio urbano configurando as funcionalidades entre a cidade e o campo. Através da oferta de bens industrializados, criavam necessidades no seio das populações que eram satisfeitas através de incrementos de produção e comercialização. O “cantineiro” era, em resumo, um agente de desenvolvimento rural. Era também um elemento de implantação administrativa e ocupação colonial.⁴

Nestes parágrafos breves, pode-se verificar como a colonização utilizou o comércio rural para a configuração de um padrão de acumulação, onde o “cantineiro” era o “pivot” das relações económicas no meio rural e nas articulações com as economias urbanas. O desenvolvimento da agricultura e das restantes actividades no campo, dependiam em grande medida dos efeitos multiplicadores (dinamizadores) que os cantineiros eram capazes de introduzir e na medida das necessidades de acumulação da economia “formal”.

A questão principal, é saber se existe por detrás uma estratégia abrangente de retomar as funções do comércio rural ou, os novos cantineiros serão uma nova geração do “informal”, agora com infra-estruturas e pagando impostos. Paralelamente à venda a preços “simbólicos” das instalações deixadas pelos colonos e para que a medida tenha os efeitos desejados, são necessários créditos aos novos agentes económicos, acesso à aquisição de equipamentos, de materiais para a reabilitação dos edifícios, formação comercial, consciencialização para o desempenho da actividade e capacitação do Estado para a fiscalização e regulação. Ou, será uma medida politizada, onde os novos agentes económicos “formais” serão escolhidos por critérios que pouco ou nada se relacionam com as capacidades de investimento, experiência profissional e seriedade? E onde está o agente económico empreendedor? A localização das “povoações comerciais” está agora ajustada aos movimentos migratórios e à evolução demográfica dos últimos anos/décadas?

⁴ Refere-se este aspecto para sublinhar da necessidade de existirem critérios objectivos e também económicos na “atribuição” (venda) a preço simbólico. A politização das privatizações e da venda do património do Estado já produziu suficientes casos de insucesso para, no mínimo, não se repensar nas formas e métodos a utilizar na venda das cantinas.

Tanto nas cidades como no meio rural, o comércio “informal” alimenta-se dos canais de distribuição “formais” e são estes últimos agentes os principais beneficiários, seja por razões de escala, como por serem também, em muitos casos, agentes “informais” articulando as duas economias, possuem maior capacidade negocial e dominarem as diversas fases dos circuitos comerciais. As margens de lucro no “informal” são geralmente pequenas e as escalas diminutas não permitem acumulação.

Não obstante, surge nos últimos anos processos de complexificação da economia “informal”, com diferenciações sociais evidentes e desenvolvimento de actividades de importação e exportação, organização corporativa/sindical/profissional na defesa dos seus interesses e acções reivindicativas junto das burocracias. Mas parece ser ainda um processo embrionário e de pequeno significado, de crescimento dependente do tratamento do conceito de “informal” pela administração e dos procedimentos económicos e administrativos que vierem a ser adoptados.

As eventuais mobilidades sociais que possam acontecer, serão suficientes para retirar a grande massa de agentes económicos “informais” da actual situação de pobreza? Até ao momento, mais de vinte anos após a massificação do comércio “informal”, tanto na cidade como no campo, nada indica nesse sentido. Mas sim que há sinais de agentes económicos “formais” se beneficiaram do negócio articulado com o “informal”

b) Os transportes públicos urbanos

Os transportes públicos urbanos são paradigmáticos no que se refere às dificuldades de regulação e fiscalização de actividades, onde as formalidades e informalidade se misturam numa combinação que busca a optimização do lucro, a fuga às regras e à qualidade do serviço público, ao pagamento de impostos, à corrupção e à promiscuidade com agentes de autoridade e no relacionamento entre empresários e empregados. As relações de trabalho são muitas vezes não regidas por contratos conforme a lei, os salários assentes em acordos pessoais (por exemplo, cada motorista deve entregar um certo montante de receitas diárias sendo o remanescente do obtido para o motorista e cobrador em proporções também estabelecidas casuisticamente). Os percursos mesmo que definidos, estão muitas vezes sujeitos a alterações.

No mercado persistem agentes considerados “formais” apenas por estarem registados ou pagarem impostos e portanto, com direitos a subsídios de combustível (em Maputo). O mesmo “empresário” pode possuir simultaneamente viaturas em circulação estando ou não registadas, outros apenas possuem veículos numa das condições, o que gera situações de compromisso e pactos de silêncio que interessa a todos os “chapistas”. Esta situação é uma das evidências da coexistência de actividades formais e informais num determinado sector e mercado, praticado pelo mesmo agente económico estabelecendo-se limites propositadamente difusos entre as duas formas de economia.

Os “chapas” “formais” e “informais” não oferecem aos utentes diferenças nos serviços prestados. São igualmente de má qualidade e indiferenciados. Não existe documento comprovativo do pagamento da passagem, a sobrelotação é a prática comum, as relações entre cobradores e motoristas com os utentes pouco têm de cordial e profissionalismo. As viaturas estão quase sempre em má conservação e, em movimento, são um atentado ao ambiente. A condução onde a única regra parece ser o de evitar bater, cria um tráfego caótico colocando em perigo os passageiros, os transeuntes e

outras viaturas. A única diferença (embora importante) é que uns estão registados e pagam impostos e outros não.

O surgimento de muitos pequenos *transportistas* não formalizados nem fiscalizados num sector de importância económica e sensibilidade política, torna o Estado refém de reivindicações desses agentes económicos que, por seu turno, encontram dificuldades de intervenção por ausência de alternativas a curto prazo. Eventuais iniciativas para reestruturar os transportes públicos urbanos (definição de rotas, de preços, qualidade dos serviços, regras sobre o tipo e condições dos veículos, etc.), encontram resistências devido às características estruturais do sector (difuso e disperso, com relações ao poder ou sub-poder), o que dificulta o empreendedorismo, a reestruturação da composição do capital e a modernização do sector.

Por outro lado, o surgimento destes transportes públicos foi uma criação da governação. As viaturas foram importadas com o objectivo de acudir à ausência de um serviço público como consequência da “falência” da empresa pública TPM (Transportes Públicos de Maputo). Existiram créditos dirigidos e alguns dos primeiros investidores eram da *numenklatura* do sub-poder. Em período de liberalização económica (ou de pré-liberalização) e privatização apressada, sem estratégia e imposta, o Estado estava incapacitado de oferecer o serviço aos cidadãos e a liberalização surge como opção. Porém, a forma de liberalização com critérios que pouco tiveram a ver com os da eficiência e eficácia, o serviço de qualidade, a competência e o mérito, redundaram na aparente e medíocre solução a curto prazo e a geração de um problema a médio e longo prazo. São conhecidas as dificuldades dos órgãos de tutela para a regulação, fiscalização e tomada de medidas para a reorganização dos transportes urbanos.

A desresponsabilização do Estado perante as informalidades nos transportes públicos urbanos é variada ao longo do tempo. Primeiro, foi a liberalização do sector com critérios “informais” e a retirada como prestador de um bem público, em muitos países assegurado por empresas públicas ou por empresas privadas reguladas e fiscalizadas. Posteriormente, foi a aceitação da desorganização, do mau e arbitrário serviço dos “chapas”, da corrupção, da permissividade pela presença de agentes económicos que não pagavam impostos, etc. Depois, com as manifestações e tumultos do 5 de Fevereiro de 2008, surge o Estado demonstrando surpresa, politizando um fenómeno eminentemente económico e social, e retomando a paranóia do sempre inimigo infiltrado. Finalmente, o Estado quer reassumir as suas responsabilidades para regular o sector, fazer cumprir leis e revitalizar a empresa TPM moribunda com investimentos de última hora, mas que não são suficientes para ocupar uma quota de mercado capaz de influenciar ou reestruturar o sector. Surge o discurso que parece acertado, mas que só o futuro dirá se é ou não apenas mais uma oratória política (manipuladora) em como os transportes urbanos devem ser concebidos de forma articulada entre os serviços rodoviários, ferroviário e marítimo, uma tentativa de regular os “chapas”, entre outros aspectos.

O sector privado reage numa posição de força negocial e ameaçando paralisações. Não está de acordo com o investimento público no sector e anuncia insucessos para o TPM revitalizado. Afirmam, sem pudor, que os abusos e alterações de rotas são da iniciativa e responsabilidade de condutores e cobradores. Aumentam as tarifas e reivindicam subsídios quando sobem os preços dos combustíveis mas não baixam os mesmos preços quando as causas alegadas do aumento dos custos deixam de existir.

Se aceitarmos os parágrafos anteriores, admite-se que a economia “informal” pode contribuir para o alívio da pobreza a curto prazo, reestrutura o tecido social e as relações no seio das famílias mas dificilmente possui lógicas e mecanismos de reprodução desenvolvimentistas. Não significa no entanto, que não se gerem processos de diferenciação económica e social, de acumulação e se verifiquem mobilidades no sentido da formalização de partes do “informal”. Esta limitação é reforçada, por um lado, pela inaptidão das organizações públicas e privadas em estabelecer relações económicas e contratuais com os agentes económicos “informais” e por outro, pela “impreparação” destes para o cumprimento de formalidades administrativas, pela fuga à fiscalização e controlo e pela assumpção de compromissos e de normas éticas, como por exemplo as regras e garantias das instituições financeiras, a leis de saúde pública, as obrigações fiscais e a ética do negócio. A “clandestinidade” económica faz parte dos mecanismos reprodutivos das informalidades.

O funcionamento desses sectores assenta em regras maioritariamente não escritas e casuísticas, as relações entre agentes económicos e entre provedores e beneficiários estabelecem-se com desigualdades negociais e a ausência de opções implica a aceitação das regras do lado da oferta. O Estado por incapacidade, consentimento ou promiscuidade, não tem alternativas à configuração dos sectores “informais” ou são por ele criados, tornando-se deles prisioneiro por se tratar de áreas de grande sensibilidade política e social. As tentativas de regulação ou modernização encontram resistências, seja pelas dificuldades de adaptação e transformação dos agentes económicos, como porque as lógicas reprodutivas assentam-se na informalidades das relações económicas e laborais e entre fornecedores e consumidores, onde os primeiros, pela estrutura do mercado, possuem vantagens e impõem as regras.

Neste sentido, a economia “informal” nos transportes públicos urbanos constituem, a médio e longo prazo, obstáculos para a transformação e desenvolvimento do respectivo sector. Mais, configuram relações sociais e relacionamentos informalizados entre os agentes económicos e destes com a administração pública que não contribuem para a modernização económica e das burocracias.

Também os transportes públicos urbanos possuem dinâmicas e mobilidades sociais e de diferenciação económica. Os “chapas” começaram por ser qualquer tipo de carrinhas de caixa aberta ou fechada. Vieram as *mini-bus* que representam sem dúvida melhoramentos importantes. A grande questão será agora a capacidade de transformação através dos mecanismos de mercado, em serviços de qualidade de um bem público, regulado, fiscalizado, integrante de uma estratégia de serviços de transportes urbanos. Dependerá ainda da emergência de um empresariado eficiente, organizado, com capacidade de investimento, conhecedor do negócio e que pautar os seus comportamento económicos com base na ética capitalista. Se impossibilidades não existem, quando será possível?

c) A economia camponesa

A economia camponesa é claramente um exemplo que fundamenta a hipótese deste texto. Os pequenos produtores possuem mecanismos de integração, adaptação e resistência a factores externos de transformação, sobretudo no que respeita aos mercados (de insumos, de excedentes, do trabalho e do dinheiro), às novas tecnologias e

a alterações à organização social das famílias e das comunidades. Por seu lado, o desenvolvimento da economia “informal” e as necessidades de acumulação da economia, exigem a integração dos camponeses que se realiza na medida e em formas em função das necessidades de reprodução dos sectores “formais”.

No quadro dos objectivos deste texto, Mosca (2009) afirma que nas últimas décadas (entre 40 e 60 anos), pouco mudou nos sistemas de produção e consumo do campesinato, na integração nos mercados, nas relações familiares e das comunidades, etc. Se esta argumentação e correspondente realidade são verdadeiras, então pode constituir um exemplo das dificuldades de transformação das economias “informais”, da sua incapacidade de acumulação e de criar riqueza suficiente para a saída da pobreza. Cita-se: “Em resumo e sem grande erro relativamente à maioria da agricultura camponesa e do espaço rural, afirma-se que a ocupação da terra mantém-se em formas semelhantes, as culturas praticadas não se alteraram significativamente, as tecnologias persistem, a produtividade por hectare e por cabeça de animal (pecuária) pouco variou, a integração no mercado reduziu-se, a produtividade e os excedentes produtivos não ultrapassam os valores médios de há 40 ou 50 anos. Os hábitos alimentares mantêm-se no essencial. A habitação melhorou em algumas zonas ainda para um número restrito de camponeses. A divisão social do trabalho (sexual e etária) e a organização das famílias e das comunidades rurais persistem.

Isto é, a base económica (sistemas produtivos, produção, tecnologias, produtividade, etc.), a integração nos mercados (assalariamento, actividades não agrárias, consumo de insumos e de bens de consumo, etc.), as relações sociais e comunitárias e os modos de vida, não experimentaram mudanças fundamentais para a maioria dos camponeses e do espaço rural nas últimas décadas.

Mas há mais bicicletas. E mais pessoas andam calçadas e vestidas. O comércio informal generalizou-se e oferece os bens essenciais, quase todos importados. As crianças vão muito mais à escola e têm livros e uniformes mas muitos não sabem ler e escrever até ao fim do ensino básico. Há mais centros de saúde e também muito mais doenças. O acesso à água melhorou. A mobilidade das pessoas aumentou. E isso para não falar dos ganhos políticos, culturais, de soberania e liberdade, não obstante as guerras.

Pode-se referir que seria difícil a transformação de todo o mundo rural. Então as perguntas são as seguintes:

- Que percentagem da população camponesa sofreu processos de mobilidade social no sentido da empresarialização da actividade agrária e integração em outras actividades económicas formais (há neste momento menos emprego e emigração que na década dos 60 do século XX) com maiores rendimentos e elevação do nível de vida?
- A baixa percentagem que se integrou em outras actividades (principalmente na economia “informal”) melhorou o nível de vida?
- A urbanização significou mais rendimento e nível de vida ou é nas cidades onde se encontram as maiores bolsas de pobreza?
- Os rendimentos mais elevados que hoje beneficiam uma pequena(íssima) percentagem da população é resultante da produção interna de riqueza?
- As melhorias quantitativas na educação, na saúde e na construção de infra-estruturas são resultantes da acumulação interna? Ou são resultantes de decisões de soberania duvidosa e realizados com recursos externos?

As poucas mudanças em sentido positivo e negativo referidos apenas demonstram:

- De forma propositada ou não e independentemente dos discursos, a incapacidade dos estados (colonial e pós-independência), dos governos e das políticas económicas, em definir e aplicar estratégias para a agricultura e o mundo rural.
- A instabilidade política e social (conflitos) por um lado, a inconsistência e debilidade institucional, as políticas erráticas ao longo das últimas décadas e a concentração dos interesses nos centros urbanos e sobretudo em Maputo, revelam claramente a secundarização da agricultura e do meio rural, não obstante os discursos políticos, caixas de ressonância e os documentos oficiais.
- A estrutura social e produtiva dos camponeses possui mecanismos de integração, adaptação e resistências aos factores que lhes são exógenos. Se essas capacidades não existissem, possivelmente já teriam havido crises muito maiores”, fim da citação.

O caso da agricultura de pequena escala, confirma como o “informal” se articula com o “formal”, financia o padrão de acumulação dominante e recolhe alguns benefícios. Mas mantém-se quase inalterável ao longo de décadas e a pobreza eventualmente aumenta. Os fluxos de mobilidade social são minoritários e por isso insuficientes para refutar a hipótese deste trabalho.

d) A informalidade nas relações económicas

O designado sector “formal” da economia está pleno de informalidades de diferentes naturezas. Destacam-se apenas algumas.

O grande volume de crédito bancário não devolvido não é apenas resultante da baixa eficiência e rentabilidade das empresas ou sectores beneficiários. A difícil resposta sobre quais os critérios económicos na atribuição de crédito nas privatizações é justificada não só por motivações politizadas e pela aceitação dos custos da criação de um empresariado nacional suportados pela comunidade internacional com objectivos também políticos e à custa dos cidadãos. Existe o sentimento em como o Estado tem a responsabilidade de criar a burguesia nacional e que esta pode exigir créditos não pagos, reclamar por protecção económica e ser permissivo contra as fugas ao fisco e à fiscalização sobre a lei laboral, etc. É quase aceite que o *lobby* e o favorecimento às elites faz parte de estarmos “em processo”, próprios das fases iniciais de acumulação, características do nosso estágio de desenvolvimento, etc. Isto é, eventualmente de propósito, cria-se a filosofia e o ambiente permissivo e compreensivo que permite decisões e comportamentos condenáveis.

O reverso da medalha nem sempre é equacionado. O risco de grandes volumes de créditos mal parados significa a necessidade de subir as taxas de juro para que os empresários honestos que pagam os seus créditos, gerem lucros na banca para compensar os prejuízos dos incumpridores. Está-se perante a realidade em como os ineficientes, desonestos ou os que propositadamente não pagam, são financiados pelos empresários eficientes e respeitadores dos seus compromissos. E o interessante é que pouco ou nada acontece aos que não pagam, contribuindo-se para a criação de um clima de impunidade e facilitador dos mecanismos próprios de um mercado selvagem. Não

são ponderados os efeitos fortemente negativos de uma taxa de juro elevada para o investimento e o desenvolvimento económico.

Um exemplo interessante foi o de uma organização reabilitar uma determinada indústria, colocá-la operacional e em funcionamento com o objectivo de a vender para gerar um processo auto-sustentado e gerido por um membro/empresário da comunidade. Este, após comprar a fábrica com responsabilidades financeiras, simplesmente se recusa a pagar alegando que aquele tipo de organizações está em Moçambique para apoiar e não para fazer negócio.

A ausência de leis de incompatibilidades profissionais e sobretudo entre o desempenho de funções públicas e privadas, facilita que a política e o mundo de negócio se misturem e existam agentes económicos e políticos com interesses afins, reforçando-se mutuamente, ou são as mesmas pessoas que exercem funções políticas e possuem interesses económicos no mesmo sector da responsabilidade pública, ou criam-se empresas para prestar serviços contratados pelo Estado sem ou com concursos mais ou menos ficcionados. Estabelecem-se redes de transacção de recursos, de informação privilegiada e tráfego de influências, que criam ambientes pouco ou nada transparentes e a corrupção. É por acaso que alguns destes aspectos não estão tipificados no ordenamento jurídico moçambicano?

Consequentemente, muitos negócios estabelecem-se e decidem-se numa base não normalizada e, portanto, “informal”. Estas informalidades nas relações económicas, são suportadas por ausência (propositada ou não) de mecanismos de controlo político e judicial ou, se o são, distorce-se a essência da democracia. Por exemplo, a declaração e fiscalização do património das pessoas que exercem funções públicas respeitam hierarquias na burocracia, isto é, um nível hierárquico só pode ser fiscalizado por hierarquias superiores. E quem fiscaliza a hierarquia superior? Normalmente, são os órgãos democráticos eleitos em escrutínio directo e pelo povo, aqueles que deveriam possuir capacidade de fiscalização, independentemente dos níveis da *numenklatura*. Ou não é a Assembleia da República o órgão máximo da democracia? Neste caso, está-se perante uma distorção legal que dificulta o funcionamento do sistema democrático, permeabiliza as relações económicas de informalidades e facilita a corrupção.

Estas formas de (des)organização são cobertos pela lei e pelas suas lacunas (omissões) e em alguns casos pela não aplicação da mesma. Em resumo é muitas vezes a lei que facilita estas práticas e finalmente, são os interesses que se promiscuem entre a política e o negócio que fizeram essas leis. É o que alguém, num debate, chamou de “assalto à mão legal”.

Esta “organização” impede a eficiência económica. A corrupção facilita o acesso a recursos a agentes económicos sem consideração dos critérios de eficiência, competência, mérito e experiência. Aumenta os custos dos investimentos e de produção retirando competitividade. Desvia recursos para fins geralmente não produtivos. Cria distorções no funcionamento dos mercados e da economia. Gera desigualdades de oportunidades entre cidadãos. Exclui desonestamente cidadãos. Desacredita a política, os políticos e o poder.

As informalidades alcançam ainda as relações da comunidade internacional com agentes económicos nacionais. Quando existem concursos e uma empresa que não o ganhou

solicita esclarecimentos sobre os critérios e classificações dos concorrentes e não obtém qualquer resposta, está-se em presença de uma informalidade que eventualmente pretende encobrir relações pouco transparentes ou mesmo corrupção. Quando algumas organizações internacionais consideram que a corrupção até determinados níveis de desvios de fundos não é preocupante ou mesmo funciona como o “óleo que melhor faz funcionar a engrenagem”, então estamos perante informalidades que reforçam interesses individuais ou de grupo, internos e externos. Ou admite-se a corrupção como um mal menor e tolerável.

Quando falamos da economia “informal”, talvez seja justo referir que as informalidades maiores, mais graves e com as piores consequências, encontram-se dentro do sistema “formal” da economia e da administração.

e) Relações humanas, comportamentos “informais” e economia

Nesta secção pretende-se, de forma breve, verificar como as informalidades no relacionamento humano introduzem ineficiências na economia e desigualdades na sociedade.

É comum o não cumprimento de horários, as chegadas atrasadas a reuniões, a promessa de negócios nunca concretizados, pequenas trocas de favores, permissividades no cumprimento de regras por amiguismo, entre muitos aspectos. Para além da ética agredida, estes aspectos prevalecem nas relações humanas e portanto, nas relações económicas. E, muitas vezes, não existe a consciência sobre os significados e efeitos desses comportamentos e até se acha normal. Exigir-se o contrário é estar fora das práticas comuns, é ser-se rigoroso quase como um defeito e não uma virtude.

Quanto custa ao país, em horas de trabalho, todos os tempos desocupados originados pelo início atrasado das reuniões? Quantas expectativas de negócios foram frustradas por promessas “simpáticas” que nunca se concretizaram? E muito mais!

Essas práticas são transportadas para a economia e o funcionamento das empresas “formais”. Promete-se ir carregar mercadoria a uma hora e aparece-se quando acontece. Garante-se o pagamento de uma factura e desaparece-se. Promete-se a conclusão de um trabalho para um determinado momento que não só não se cumpre como nada se avisa e qualquer reclamação é considerada de exigência exagerada. A pressão para aumentos de ritmos de trabalho e de eficiência, surgem como incómodas ou mesmo politizadas como novas formas de colonialismo e de escravatura.

A tentativa de impor regras de funcionamento e de disciplina é muitas vezes interpretada como incompreensíveis das dificuldades existentes. Pode-se tomar como exemplo, o nível de absentismo, sobretudo no sector “formal” localizada no meio rural, provocado pelas múltiplas cerimónias e ritos culturais das comunidades ou ainda derivado dos compromissos do assalariado na divisão social do trabalho da economia familiar (por exemplo na agricultura). Neste caso, está-se em presença em como o “informal” se integra no “formal”, dele retira benefícios que reforçam o “informal” (por exemplo através dos salários), tem dificuldades de adaptação ao funcionamento de organizações “modernas” provocando ineficiência e baixa produtividade.

Isto é, as informalidades comportamentais, de relacionamento profissional e humano, e os aspectos culturais influenciam, em muitas circunstâncias, a economicidade das organizações.

Várias razões do processo histórico podem sustentar esses aspectos, incluindo os factores culturais. Destacam-se os seguintes:

- O funcionamento das comunidades “tradicionais” e os conceitos e noções de tempo e espaço, os ritmos e a normalização do trabalho, têm repercussões no funcionamento das organizações “modernas”.
- Algumas dos comportamentos que se tornaram normais, são também herança da colonização. O português, na sua generalidade, como os demais latinos, também são pouco cumpridores de horários, das regras de trânsito, são propensos a esquemas e amiguismos, etc. Uma ponte para o outro lado do Atlântico e encontramos o *jeitchinho* brasileiro. Na outra costa africana, encontramos o “esteja à vontade” angolano.
- A fraca e recente urbanização e, nos últimas décadas o fenómeno da ruralização dos nossos principais assentamentos populacionais. Apenas quatro exemplos desta última afirmação:
 - A forma de condução de muitos (não apenas dos “chapas”), revela claramente a ausência de noção dos espaços vitais e de liberdade de cada um e de desrespeito para com os demais. Não se obdecem prioridades, passa-se com semáforo vermelho etc. e, muitas vezes, isso é considerado de esperteza e astúcia. Existe a consciência dos perigos da insegurança viária e os custos de terceiros e mesmo para a economia? Revela de quem assim conduz como prática normal, um extremo individualismo e o espírito do “chega-te para aí que quero passar” ou o “salve-se quem puder”, tão presente nas relações económicas e sociais.
 - Urina-se em qualquer sítio da cidade e quando se apita a partir do carro, assistem-se a reacções que não há mais que fazer se não também nos rirmos. Umas, demonstram solicitação de compreensão, outras de perfeita naturalidade e ainda de reclamação pelo apito do carro, como que se urinar na via pública fosse a maior das normalidades deste mundo.
 - A acumulação do lixo nas cidades revela, entre outras coisas, a desvinculação relacional entre o homem e a ocupação ou utilização dos espaços urbanos e o desrespeito pelos demais. Criticam-se os serviços municipais pela pouca eficácia na limpeza mas poucas são as referências ao comportamento cívico e não são conhecidas campanhas de sensibilização e educação para se evitar o lixo. É que antes de haver a necessidade de retirar o lixo, os espaços são sujos, eventualmente sem a noção do comportamento que se pratica ou com uma grande indiferença.
 - Uma prática que parece generalizada, é a cobrança do primeiro salário ou de partes do salário ao longo de um determinado tempo por quem decidiu um emprego ou informou da existência de admissões de trabalho. Um vez perguntando a alguém sobre as razões desta prática, obtive a seguinte resposta: “Dr., tudo é negócio!” Não é demais comparar esta prática com as comissões quando se decidem ou se autorizam licenciamentos de actividades económicas. Se muitos “grandes” o praticam, por porque não, os “pequenos”, à sua escala, o praticam também?
 - Outro exemplo importante na nossa sociedade é a justiça por próprias mãos, tendo como casos mais agudos os linchamentos populares. Por

detrás dessas situações, estão as debilidades preventivas da segurança dos cidadãos, a pouca eficácia policial e a inaptidão do sistema judicial para o sancionamento destes casos. Está ainda a falta de confiança dos cidadãos na polícia. Mas também razões culturais sobre o significado do roubo no seio das comunidades e as tradicionais formas de resolução destes conflitos.

e) Transformação do “informal”

O texto não pretende abordar a transformação do “informal” para o “formal”. Apenas alguns aspectos de reflexão:

- Não é o simples facto do registo da actividade ou o pagamento de um imposto que produz essa mudança. Tão pouco parece realista a existência de políticas de transformação do “informal”. Só o desenvolvimento global da economia e da sociedade poderão ir transformando estas formas de economia. Poderá ir desaparecendo por substituição ou transformação de partes do “informal” através de investimentos públicos e privados que ofereçam bens e serviços de qualidade, registados, regulados e fiscalizados, que actuem no quadro do ordenamento jurídico, que funcionem segundo as regras do mercado e da ética dos negócios. Mas para que isso aconteça é também necessário desinformalizar a administração e a economia “formal”, eliminar as promiscuidades e introduzir relações sociais e de trabalho facilitadores do desenvolvimento em bases transparentes e de seriedade profissional.
- Refere-se que a pobreza associada a grandes e crescentes disparidades económicas e sociais, provocam sentimentos de indignação que podem resultar em atitudes passivas e desmotivadas com efeitos sobre a produtividade e de resistência aos elementos de identidade e de pertença a grupos/regiões/etnias/país. Estes aspectos podem provocar ausências de valores e de símbolos que contribuam para a inclusão motivada dos pobres e da maioria dos cidadãos em projectos de desenvolvimento. Quando estes fenómenos coincidem com aspectos étnicas identificáveis social e territorialmente, então existem riscos na construção da Nação. Pobreza e indignação podem resultar em conflitualidade social a política.
- A saída da pobreza, ao ser desequilibrada, provoca comportamentos económicos e sociais próprias de sociedades onde os benefícios materiais evoluem mais rapidamente que a transformação cultural (no sentido amplo) de um segmento muito reduzido da sociedade, gerando comportamentos que por sua vez indignam os marginalizados dos processos de absorção da economia e sociedade “formal”. As manifestações ostentosas e a relação “aboçalada” com o dinheiro, a corrupção, as formas informais de funcionamento das organizações, o amiguismo, partidismos, etc., significam ineficiências, desorganização organizada das burocracias e formação de interesses que se fecham/protegem em grupos com laços de fidelização étnica, racial, familiar e de compromissos históricos, não permitindo a igualdade de oportunidades, a valorização do mérito, a concorrência e a transparência. Como disse alguém, “esse discurso aí de acabar coma pobreza, deveria ser, primeiro, acabar com a riqueza”.

Não há políticas de transformação do “informal” em “formal”. Quando muito, medidas a avulso, descontínuas, com resultados duvidosos e muito custosas. Tal como duvido

das políticas de combate á pobreza. O que deve haver, são estratégias de desenvolvimento global das sociedades, integradoras espacialmente, socialmente inclusivas, que pretendam menores níveis de dependência e maior soberania, transformadoras das bases produtivas e das relações sociais que dificultam a modernização e a competitividade da economia, a construção de burocracias eficientes e transparentes, o bem social num processo que se tenha como horizonte maiores níveis de equidade e de democracia enquanto sistema de aproximação de oportunidades e de exercício da cidadania em liberdade. Como diz Amartya Sen, fazer do desenvolvimento um acto de liberdade.

Com os sectores informais tal como os existentes, está-se em presença de um desenvolvimento com muitos elementos de rendimentos crescentemente negativos que irão afectar negativamente o futuro do país e configurar sociedades (e não apenas economias/mercados) “selvagens”. Isto, é muito mais grave que as ineficiência e as corruptelas de cada momento.

RESUMO

Este texto procura demonstrar que a economia “informal” está articulada com a “formal” reforçando-se mutuamente, que ela é gerada por desequilíbrios de mercado, por políticas públicas desajustadas e debilidades institucionais, e que existem casos em que foi ou é o próprio Estado que na tentativa de estimular a emergência de um sector privado, fez surgir o sector “informal”. Pode-se sugerir que existem informalidades na economia e no Estado que interessam ao poder e aos negócios fazendo parte do sistema.

Pode-se ainda concluir que existem muitas informalidades no funcionamento nas organizações “modernas”, incluindo nos órgãos estatais devido a vários factores, sobretudo a aspectos culturais e comportamentais, mas também como consequência de interesses económicos mesclados com o poder político e o aparelho de Estado, gerando ambientes de baixa credibilidade do poder e corrupção.

Os aspectos referidos demonstram claramente que tanto a economia “informal” como as informalidades nas burocracias e na economia “formal”, provocam ineficiências, distorções nos mercados e no funcionamento das instituições, geram oportunidades desiguais entre os cidadãos e dificultam o desenvolvimento a longo prazo. É também verdadeiro que, a curto prazo, as economias informais contribuem para a mitigação ou camuflagem da pobreza, do emprego, geram rendimentos e mantêm a sociedade em crise de intensidade não tumultosa.

As oportunidades diferenciadas, as perdas de eficiência, os custos das informalidades nas organizações, as barreiras à modernização dos agentes económicos, o não pagamento de impostos e o incumprimento de leis, a escala e capacidade de poupança e investimento, a concorrência que se gera entre o “formal” e o “informal”, a promiscuidade entre política e negócio, entre outros aspectos, são factores que não obstante suprirem carências de curto prazo, reproduzem a pobreza. Os comportamentos e as formas de funcionamento informalizados que se transferem entre a cultura e os hábitos para as economias “formais”, reproduzem relações de produção e de trabalho geradoras de ineficiências e desigualdades.

Finalmente, sustentam-se padrões de acumulação que mantêm a maioria dos agentes económicos “informais” e a população em estado de pobreza prolongados e reproduzem relações sociais e comportamentais que geram ineficiências num processo histórico de rendimentos crescentes negativos. Os padrões de acumulação associados com as economias “informais” estão dependentes dos principais mecanismos de reprodução da economia que se reforçam mutuamente e onde o principal beneficiário são as economias “formais”. Esta dependência e outros factores (escala, tipo de agentes económicos, formas de funcionamento dos mercados “informais”, etc.) dificultam a saída da pobreza.

A questão de saber como fazer da economia “informal” um factor de desenvolvimento ou como transformar em sectores formais, é um assunto crucial para o futuro do país, considerando a dimensão e importância assumidas. Fica evidente que essa transformação não é apenas legislativa, de capacitação do Estado, de investimentos em infra-estruturas ou na transformação estrutural e modernização desses sectores, mas também de estratégias de desenvolvimento global de natureza comportamental e cultural de longo prazo.

Bibliografia

FRANCISCO, António A. da Silva e PAULO, Margarida (2006): *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo, Cruzeiro do Sul – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão.

MOSCA, João (2009): *CAMPONESES: o que se passou nos últimos muitos anos?* SAVANA, ANO XVI, Nº 795.

PIEPOLI, S. (2005): “*Mulheres na Esteira, Homens na Cadeira*” Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz